

Redes de movimentos sociais no movimento quilombola de Salvaterra, Marajó, Pará¹

Lara LAGES²

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

Este artigo propõe-se a analisar de que modo os movimentos quilombolas de Salvaterra constroem suas articulações em rede, interna e externamente, para acessarem direitos socioterritoriais e construam sua cidadania. Para tal, partimos, para tentar desenhar o caminho da rede, da comunidade quilombola de Pau Furado, em Salvaterra, até à Malungu, coordenação estadual que reúne as associações quilombolas de todo o estado e que media as relações das comunidades com outros movimentos e entidades para além das suas fronteiras. A análise se dará, a partir da construção analítica de movimento social, com base em Melucci, e a partir do conceito de rede de movimentos sociais, de Ilse Scherer-Warren, além do conceito de comunicação como encontro, de Adair Peruzzolo. A relação entre os movimentos em rede e a força que ganham suas lutas não se dá sem tensões.

Palavras-chave: comunicação; movimentos sociais; redes; quilombos.

INTRODUÇÃO

Apesar de absorver do aparato tecnológico uma lógica própria de funcionamento, a comunicação não se reduz ao aspecto técnico. A comunicação na contemporaneidade passa a ser uma dimensão nova da sociabilidade dos dias de hoje, isto é, ela é participante da configuração do social. Ela é também o elemento que permite as redes de sociabilidade construam movimentos com vistas à cidadania.

São muitos os desafios que os que pesquisam a questão dos direitos de grupos étnicos no Brasil enfrentam. Forjados durante a “história colonial, marginalizados e esquecidos na construção da nação e ressurgidos no contexto multiculturalista do final do século 20”, tais grupos, como negros e quilombolas, trazem em suas lutas contra injustiças históricas e por direitos o caráter “pantanosos”, marcado por “ambiguidades e contradições” (ARRUTI, 2006, p.19).

Esta pesquisa propõe-se a analisar de que modo os movimentos quilombolas de Salvaterra constroem suas articulações em rede, interna e externamente, para acessarem direitos socioterritoriais e construam sua cidadania. Para tal, partimos, para tentar

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFGA, email: laratgages@gmail.com

desenhar o caminho da rede, da comunidade quilombola de Pau Furado, em Salvaterra, até à Malungu, coordenação estadual que reúne as associações quilombolas de todo o estado e que media as relações das comunidades com outros movimentos e entidades para além das suas fronteiras.

A análise se dará, a partir da construção analítica de movimento social, com base em Melucci, e a partir do conceito de rede de movimentos sociais, de Ilse Scherer-Warren, além do conceito de comunicação como encontro de Adair Peruzzolo. Como recorte, foi escolhida a comunidade de Pau Furado por ser a única ainda em fase de regularização da sua associação em Salvaterra.

A construção do movimento quilombola

A luta do movimento quilombola por seus direitos, no Brasil e no Pará, é antiga, mas ganha novos contornos nesse contexto de ativismo global. Importante ressaltar que o novo aqui não é a resistência dos remanescentes de quilombos, mas as construções mobilizatórias para além do local. A partir da década de 1990, as reivindicações das comunidades quilombolas por pautas próprias tornam-se cada vez mais fortes e culminam na institucionalização desses grupos por meio de associações. As organizações no Marajó são frutos de lutas empreendidas há cinco décadas, antes por lideranças isoladas, mas que, a partir do marco legal instituído pela Constituição de 1988, tiveram suas lutas institucionalizadas em associações quilombolas (BARGAS e CARDOSO, 2012).

Para Cardoso e Gomes (2011, p. 7), o desafio que se coloca ao movimento é o de compreender que a luta quilombola está ligada ao movimento negro pela questão identitária das lutas negras por direitos, porém o movimento quilombola tem uma pauta específica e a representação pública desses interesses deve estar a cargo das lideranças quilombolas.

Leite (2010) ressalta que os movimentos sociais negros urbanos interagiram com os movimentos dos negros por regulamentação fundiária na defesa do reconhecimento do direito territorial dos descendentes de escravos africanos.

Os encontros ocorridos em todo o Brasil entre grupos negros organizados possibilitou essa interação e a intensificação do debate sob a coordenação da CONAQ. Possibilitaram também o surgimento de muitas outras organizações de comunidades quilombolas.

Por conta da total “descoordenação” (SALLES, 1998) da implementação da política para os quilombolas após o Artigo 68, a “Academia” e os pesquisadores, assumiram papel importante na defesa dos territórios dessas comunidades remanescentes.

A intervenção de pesquisadores e de instituições como o Centro de Estudos e Defesa dos Negros no Pará (Cedenpa) contribuíram para o reconhecimento jurídico-formal das comunidades quilombolas (BARGAS e CARDOSO, 2012, p. 11).

A Malungu é a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará e luta pelos direitos territoriais, reconhecidos na Constituição Federal Brasileira de 1988. A principal bandeira de luta no discurso da Coordenação é a titulação coletiva. Com a titulação, na visão deles, decorrem outras políticas como saúde, educação e segurança pública. Também estão incluídos aí a luta pelo direito das mulheres e pela segurança da juventude negra.

Segundo Cardoso (2008), atualmente, são 15 comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombos atuantes em Salvaterra, município situado no Arquipélago do Marajó, todas ligadas à Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. A formação de tais comunidades remonta ao processo de escravidão, no período colonial, em consequência da exclusão dos grupos negros trazidos para a Capitania do Grão-Pará na condição de escravos. A exploração e a exclusão a que foram submetidos compôs a memória social desses grupos que construíram sua identidade coletiva e sua territorialidade específica.

As redes possibilitam contato e troca de experiências com outros movimentos, com lutas comuns, ainda que em contextos diferenciados. Em que medida, portanto, essas redes tem funcionado de fato para dar características mais globais aos movimentos sociais quilombolas de Salvaterra?

A relação entre os movimentos em rede e a força que ganham suas lutas não se dá sem tensões. Mapear tais tensões é tentar entender como os sujeitos envolvidos nessas redes interferem-se mutuamente.

A teoria da ação social de Melucci

Melucci (1996), ao estruturar a construção da ação coletiva, aponta o Movimento Social como uma forma específica de ação coletiva que combina orientações e campos de ação de diferentes tipos. O movimento social é, portanto, uma construção analítica e não um objeto empírico unitário facilmente delimitável. Por meio de um trabalho comparativo sobre diferentes períodos históricos e diferentes sociedades, ele entende que os

movimentos contemporâneos, como todos os fenômenos coletivos, reúnem formas de ação que envolvem vários níveis da estrutura social (Ibid., p. 6).

Ele sugere um esquema de orientações que pode ajudar a fazer uma distinção analítica entre as diversas formas de ação coletiva. O primeiro ponto é a distinção entre “solidariedade” – que é a habilidade dos atores de reconhecer o outro e de serem reconhecidos como pertencentes à mesma unidade social – e “agregação” – que não envolve solidariedade e é uma agregação de indivíduos atomizados em torno de uma crença geral –; o segundo, entre “conflito” – oposição de dois ou mais atores que buscam o controle dos recursos valorizados – e “consenso” – acordo sobre as regras e procedimentos que regem o controle de recursos valorizados; e o terceiro, entre “quebra de limites do sistema” e “manutenção de limites do sistema” (Figura 1).

Figura 1: Distinção analítica entre vários tipos de comportamento coletivo

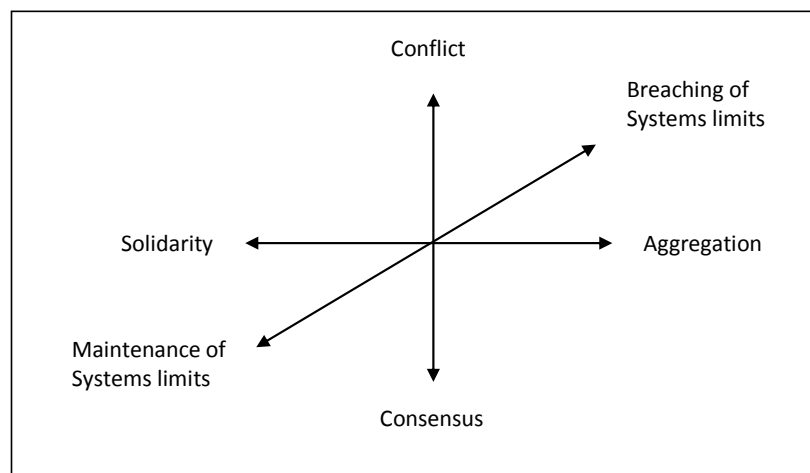


Figura 1: Tipos de relações. fonte: Melucci, 1966, p.26

De acordo com essas orientações, portanto, um movimento social é uma categoria analítica que designa uma forma de ação coletiva que (i) invoca solidariedade, (ii) manifesta um conflito, e (iii) implica uma violação dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação ocorre (Ibid., p. 28). E esses sistemas podem ser: (1) o sistema de produção, apropriação e alocação dos recursos sociais básicos; (2) o sistema político; (3) o sistema organizacional; e (4) o sistema reprodutivo (Ibid., p. 27).

Melucci entende, então, que os conflitos sociais tendem a emergir nos campos da vida social que estão diretamente expostos ao fluxo mais poderoso e intenso de informações, e no qual, ao mesmo tempo, indivíduos e grupos estão sujeitos a uma maior

pressão para incorporar no comportamento cotidiano os requisitos e as regras de normalidade sistêmica.

Os movimentos na contemporaneidade assumem a forma de *redes de solidariedade* encarregadas dos significados culturais potentes que os distinguem bruscamente dos atores políticos e formas organizacionais próximos a eles. As redes, de acordo com Melucci (1999, p. 74-5), são formadas por pequenos grupos imersos na vida cotidiana com fins específicos e caracterizam-se pela associação múltipla, pela militância parcial e efêmera, e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condições para participação. A ideia de redes permite extrapolar a exigência de delimitação do raio de ação dos atores sociais. A sociedade contemporânea, com as suas redes bem tecidas de informação de alta densidade, requer para o seu funcionamento o desenvolvimento de um diferente grau de autonomia de seus componentes.

Os processos de mobilização, as formas organizacionais, os modelos de lideranças, as ideologias e formas de comunicação – estes são todos níveis significativos de análise para a reconstrução interna do sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, além disso, as relações com o exterior – com os concorrentes, aliados e adversários – e, especialmente, a resposta do sistema político e os instrumentos de controle social, definem um campo de oportunidades e constrangimentos dentro do qual a ação coletiva toma forma, se perpetua, ou muda (MELUCCI, 1996, p. 4).

Os questionamentos que serão feitos para o entendimento da construção do movimento social quilombola, portanto, devem passar pelos processos de organização, pelas formas de organização escolhidas, pelos modelos de liderança, pelas formas de comunicação, situados em determinado contexto, enfim, pela descrição da multiplicidade e variedade do ator coletivo que se forma no processo da mobilização.

Para Melucci (1996), nos sistemas contemporâneos, os signos se tornam intercambiáveis e o poder opera por meio das linguagens e dos códigos que organizam o fluxo de informações. Porém, se o poder fosse uma forma de controle total, a ação coletiva não poderia ser conceituada em sua capacidade conflitual e seria reduzida a uma simples reação. Para este autor, porém, como vimos no primeiro capítulo, as ações coletivas e os movimentos sociais são muito mais que meras reações. Os conflitos sociais tendem a emergir nos campos da vida social que estão diretamente expostos ao fluxo mais poderoso e intenso de informações, e no qual, ao mesmo tempo, indivíduos e grupos estão sujeitos a uma maior pressão para incorporar no comportamento cotidiano os requisitos e as regras de normalidade sistêmica.

A ação dos movimentos torna-se intimamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual. O lugar não é apenas físico, mas um espaço social que é culturalmente e simbolicamente percebido. Assim o movimento se constrói para além das suas fronteiras territoriais, mas com o pé nelas. E, ao avançar, continua exposto a esse fluxo de informações. E encontra outros grupos, outros movimentos. “Há uma maior circulação de indivíduos, de ideias e circuitos de solidariedade interorganizacional, flexibilizando os modelos organizacionais tradicionais, dando origem a ações sob a forma de redes sociais e coletivas” (MELUCCI, 1999, p. 113-117).

Quando observamos isto em comunidades quilombolas de Salvaterra, percebemos que a rede se constrói por meio de representantes de associações que hoje também fazem parte do quadro de diretores da Malungu. Eles são os elos que ligam a base dos movimentos, as comunidades, aos outros níveis da rede, como a Coordenação das Associações Quilombolas do estado.

Por este motivo, Melucci prefere falar em redes de movimentos, uma rede de grupos que partilha uma cultura de movimento e uma identidade com organizações “formais” e “informais” que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla.

Comunicação para além das tecnicidades

Apesar de absorver do aparato tecnológico uma lógica própria de funcionamento, a comunicação não se reduz ao aspecto mecânico. Para Martín-Barbero (2006, p. 53), “a comunicação se acha presa entre fortes mudanças e densas opacidades”, pois, apesar do papel estratégico que assume na configuração da sociedade, essa comunicação é ainda mal-interpretada por “autismos epistêmicos” que a reduzem a “saberes técnicos, taxonomias psicológicas e estratégias organizacionais”. É preciso entender antes a comunicação como encontro, como define Adair Peruzzolo (2006).

Esse autor concebe a comunicação não amarrada à forma de um processo, mas a partir do valor e do lugar dos comunicantes na construção das formas de vida e cultura. Sistematiza, assim, o entendimento da comunicação em três partes: a primeira é a comunicação desde a sua natureza, isto é, a busca do sentido que instala a comunicação, a necessidade do animal de satisfação de um desejo imediato, guiado, pela percepção e a partir da qual chegará à representação; a segunda é a ligação dessa comunicação com o social; e por fim como a mediação se propõe na relação comunicação-sociedade.

É importante situar que a relação de comunicação é construída a partir de um lugar, como definiu Foucault ao tratar das diversas modalidades de enunciação. O discurso sofre, portanto, as interferências das significações construídas a partir das dispersões do sujeito. Nesse funcionamento discursivo, como lembra Peruzzolo, há inevitavelmente, a conformação da relação de poder – entendido como prática social e, por isso, constituído historicamente. Um poder que, para Bourdieu (2001), é simbólico na medida em que as diferenças de capital simbólico, dos diferentes campos, possibilita exercer domínio um sobre o outro.

O que são redes, afinal ?

São diversas as abordagens disciplinares que utilizam o termo *redes*, desde abordagens técnicas a abordagens antropológicas e sociológicas. Nos estudos sobre os movimentos sociais, Scherer-Warren (1995) entende que o termo foi utilizado para compreender e realizar práticas políticas que articulem ações localizadas, incluindo as conexões entre o local e o supranacional.

Esse entendimento casa com o observado nas comunidades quilombolas, em Salvaterra, no Marajó. As lideranças articulam-se, a partir da sua base de relacionamento, em vários níveis. As relações entre vizinhos, entre outras comunidades, entre lideranças quilombolas regionais, entre municípios, até nacionalmente. A presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Pau Furado, comunidade de Salvaterra, Valéria Carneiro, também faz parte do Conselho Diretor da Malungu, o que dá a ela oportunidades de trocar informações com pessoas e instituições para além das fronteiras da sua comunidade.

Nos estudos sobre movimentos sociais, a abordagem de redes foi introduzida com o propósito de compreender e realizar práticas políticas articuladoras de ações localizadas, incluindo as conexões entre o local e o supranacional ou transnacional (SHERERWARREN, 1995 apud MISOCKY, 2009). O estudo dos movimentos sociais numa perspectiva ou metodologia de análise de redes começou a ter destaque apenas nas últimas décadas do século XX (SCHERER-WARREN, 2013, p. 188). Atores dos próprios movimentos sociais também adotaram esse discurso.

Para Passy (2002, p. 3), as redes sociais intervêm em diferentes momentos no processo individual de decidir sobre a participação em movimentos sociais. Primeiro, há o engajamento em ações coletivas porque há o compartilhamento de normas e valores, há um processo de identificação, e como as identidades são justamente moldadas nas relações

sociais, as redes assumem aí um papel importante. Para Valéria Carneiro, presidente da Associação quilombola de Pau Furado, as relações com suas redes de relacionamento, no âmbito familiar e no âmbito da vizinhança, ajudou na configuração da sua auto-identificação como quilombola:

Eu sempre tive cabelo cheião, sempre grandão, e aí eu ainda enrolava mais na frente, e minha mãe falava ‘tás igual aquelas negas’, aquelas de escola de samba, sabe. Mas ela não falava com preconceito, falava pra ‘encarnar’ mesmo. E eu sempre gostei, então quando eu fui descobrir que a comunidade era quilombola, que as pessoas eram descendentes e tal, e descendente de negro eu sei que eu sou, e sou quilombola, eu fui entendendo, eu vi que sempre fui, sempre me identifiquei. E aí hoje eu não tenho vergonha, antes quando usava meu cabelo grande vinha alguém e falava, eu prendia, por que chamava a atenção, e hoje não, independente de onde eu esteja (presidente da associação de Pau Furado, 2013).

Portanto, como vemos na afirmação acima, “as redes fornecem estruturas de significado que permitem que os indivíduos criem (ou solidifiquem) identidades e estabeleçam proximidade cultural com uma disputa política específica, usualmente no longo prazo”. Como visto no depoimento da Valéria Carneiro, presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Pau Furado e hoje participante do Conselho Diretor da Malungu, “as redes também oferecem para os culturalmente sensíveis os temas em torno dos quais podem participar. Para que isso ocorra é indispensável a existência de confiança nos laços sociais” (PASSY, 2003, p. 41 apud MISOCKSKY, 2009, p. 1164).

Diante disso, adotamos aqui o entendimento do que sejam redes de movimentos sociais da pesquisadora Ilse Sherer-Warren (2000, p. 31): “as redes se referem a um tipo de relações/articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes e merecem atenção especial”. Em sua proposta de abordagem, a expressão *rede de movimento social* apreende o rumo das ações articuladoras de grupos com a mesma identidade social ou política, “a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas de cidadania” (SCHERER-WARREN, 2006 apud MISOCKSKY, 2009, p. 1166).

Esclarecendo a compreensão de identidade aqui adotada, concebemo-na como algo que está sempre em processo de construção, que se deixa influenciar pelos caminhos da história, que se baseia na relação e no contraste com o outro, que se constrói a partir do material e do simbólico e que, finalmente, se imbrica com o político, demarcando sua estratégia e as posições sociais. “Neste sentido, os movimento sociais lutam contra as diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra preconceitos e estigmas e

pela afirmação de suas identidades a partir dos seus próprios modos de vida.” (CRUZ, 2007, p. 95).

A construção de uma rede de movimentos sociais

Melucci (1996, p. 113-14) acrescenta que nas sociedades contemporâneas há uma maior circulação de indivíduos, de ideias e circuitos de solidariedade interorganizacional, que diferem dos modelos organizacionais tradicionais, ou pelo menos os flexibilizam, possibilitando ações sob a forma de redes sociais e coletivas.

É importante fazer uma diferenciação entre o que se entende por “redes sociais”, “coletivo em rede” e “redes de movimentos sociais”. As redes sociais referem-se a uma comunidade de sentido, na qual os atores ou agentes sociais estão ligados entre si pelos laços dessa rede, com tipos de interação com certa continuidade ou estruturação, tais como as redes de parentesco, redes de amizade, redes comunitárias variadas, contendo ou não uma organização formal (SCHERER-WARREN, 2006b, p. 2).

Para Ilse Scherer-Warren (2006a, p. 216), o coletivo em rede refere-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis, “a conexões numa primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas”, como as ONGs, por exemplo.

Já a *rede de movimentos sociais* são mais complexas, transcendendo organizações empiricamente delimitadas e conectando “simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se constituindo num processo dialógico” de identificações sociais e de negociações e resistências aos adversários e aos mecanismos de discriminação. A *rede de movimento social* pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, o que ajuda na definição dos atores ou situações sistêmicas a que eles se opõem e que devem ser combatidas e transformadas. Scherer-Warren (2006c, pp. 114-115) usa como exemplo de rede de movimentos sociais o Movimento Nacional Quilombola, que ela considera emergente, já que é expressão ativa do movimento negro, e é, portanto, uma rede “tendo em vista seus aspectos organizacionais e de ação movimentalista”.

Para entender melhor como analisar a rede do movimento social quilombola, recorreremos aos cinco níveis propostos por Jean Cohen (2003 apud SCHERER-WARREN, 2008, p. 511). Ele estabelece cinco níveis na análise do formato de rede: organizacional, narrativo, doutrinal, tecnológico e social. O nível *organizacional* explica a especificidade

dos movimentos sociais em rede, aqueles com uma multiplicidade de atores políticos, de tradições organizativas diferenciadas, ora hierárquicas ora de um ideário de organização em rede, cujas diferenças podem gerar tensões e ambiguidades no interior das redes, bem como criar espaços de práticas democratizantes. “O pluralismo das tradições organizativas, oriundas de métodos de trabalho diferenciado, gera necessidade de negociações e de reconhecimento mútuo de suas diferenças no interior da rede”.

Os níveis *narrativo* e *doutrinal* na América Latina, segundo Scherer-Warren, tendem a se articular nas práticas discursivas, que aliam tanto a memória da exclusão, quanto as consequências disso no presente.

A releitura da história e a sua tradução em novas referências simbólicas e ideários que encontram ecos no cotidiano dos grupos subalternos cria condições propícias para que os mesmos se relocalizem em relação à herança social de sua condição humana, recuperem e reinterpretem signos culturais (por exemplo, o de raça e o de etnia), construam identidades coletivas e se reconheçam mutuamente como sujeitos de direitos (SCHERER-WARREN, 2008, p. 11).

O nível *tecnológico* é considerado por Scherer-Warren como relevante para a formação de uma sociedade civil mundializada. Os recursos tecnológicos auxiliam na comunicação além do local, além de serem um elemento facilitador na difusão dos ideários em construção pelos sujeitos, embora não sejam o único meio de mobilização de uma rede de movimento social. No caso das regionais da Malungu, a comunicação técnica ainda é feita com dificuldades, como explica Jozé Carlos Galiza, Coordenador Administrativo da Malungu:

A comunicação é um processo muito complicado ainda pra nós. Já trabalhamos oficinas de comunicação, pra tentar melhorar pra fora. (...) Cada liderança tem um celular, mas quando estão na comunidade o celular não funciona. Então essa é uma dificuldade, você também passa uma informação pro conselheiro regional, mas muitas vezes ele não tem dinheiro pra colocar crédito no celular dele, ele não tem grana pra sair e ir na comunidade falar. Então ainda depende muito do corpo a corpo, de quando eu encontro as pessoas na feira, de quando eu tenho um bônus no celular (coordenador administrativo da Malungu, 2014).

Diante dos desafios que o tamanho do estado do Pará coloca para a articulação, as lideranças quilombolas ligadas à Malungu percebem a importância do nível tecnológico. A conexão por meio da internet, por exemplo, que já acontece, mas de forma pontual nas articulações, poderia potencializar as relações na construção das redes.

Eu acho que nós tínhamos que ter pelo menos um computador e um telefone com sinal via satélite em cada comunidade, a gente conseguiu 10 telecentros, conseguimos os computadores, mas aí a antena não chegou e os computadores estão quase não prestando mais, algumas chegaram como em São Miguel do Guamá, aí a galera acessa, consegue mandar e-mail, então se você tem pelo menos um notebook e uma antena em cada comunidade, a gente conseguiria resolver e muito esse problema, a Internet seria legal. Em Oriximiná funcionou uma época a comunicação via rádio, mas como não tiveram mais como fazer a manutenção, hoje não funciona mais. Eu acho que pra acessar a internet seria mais fácil se tivesse uma antena, porque com o celular você consegue acessar (coordenador administrativo da Malungu, 2014).

Por fim, o nível *social* ressalta os vínculos sociais e pessoais e sua capacidade de gerar conexão, mobilização e empoderamento. A relação inter-individual e inter-organizacional é necessária na construção da identidade dos movimentos. Apesar do uso das tecnologias em algumas redes, os encontros presenciais (reuniões, seminários, assembleias, etc.) continuam sendo muito valorizados, pois neles é onde ocorre a experiência da prática na política, os vínculos mais duradouros no interior da rede.

Dos cinco níveis na análise do formato dessas redes – organizacional, narrativo, doutrinal, tecnológico e social –, podemos perceber no movimento quilombola de Salvaterra, que o nível *organizacional* tem exatamente a multiplicidade de atores políticos e de tradições organizativas diferenciadas que caracteriza esse nível.

No nível organizativo das bases, considerando aqui principalmente a Associação de Remanescentes de Quilombos de Pau Furado na sua relação com as outras associações quilombolas de Salvaterra, “operam-se as práticas educacionais orientadas a desconstruções e reconstruções simbólicas relativas a políticas identitárias”. Como exemplo dessas desconstruções e reconstruções, temos a percepção do movimento local de porque formalizar a associação:

a gente tem que que criar a associação até pra gente ter respaldo. Por que quando tu vai juridicamente com a equipe e faz um abaixo-assinado isso te dá mais respaldo. A prefeitura, os órgãos municipais, estaduais, eles não te veem mais como pessoa quando tu vais pela tua comunidade, eles te veem como coordenadora da associação (moradora da comunidade de Mangueiras em reunião na comunidade de Pau Furado).

No nível narrativo e doutrinal, percebe-se que o elemento agregador está justamente na memória da exclusão e do preconceito, de um lado, e de outro na luta pelo direito ao território e aos modos de vida desses grupos.

Apesar de não estar 100%, mas as pessoas elas já se auto-identificam, já sabem contar sua história, antigamente perguntavam como foi que as pessoas chegaram aqui, como povoaram a comunidade e ninguém queria

falar. Houve relatos do Tio Lúcio, um senhor de 93 anos, que dizia que a mãe dele escondia dentro do mato quando chegava as pessoas, por causa da Cabanagem. Ele não sabia muito bem falar o que era Cabanagem, mas por causa dela roubavam comida, mandavam os presos subirem e atiravam os presos que prendiam. Então, assim, hoje as pessoas já não tem mais vergonha de falar sobre isso, porque eles escondiam essa história com medo e talvez até com vergonha. Hoje não, hoje eles já assumem, já falam como os antepassados chegaram lá, já assumem eu sou quilombola, eu sou negro, antes ninguém queria ser negro, apesar da gente ver na cor da pele, ninguém queria se assumir. Hoje a realidade é outra, as pessoas já se assumem, já fazem um penteado afro, já vestem uma roupa colorida, isso mudou muito a realidade das comunidades (coordenadora de gênero Malungu).

O nível tecnológico é prova exatamente dessa característica mais globalizada que essas associações tem adquirido. Os recursos tecnológicos que auxiliam na comunicação para além do local são, no caso da Malungu, um blog mantido pela Coordenação com informações sobre as suas atividades, sobre as associações de todo o Estado do Pará, com publicações relacionadas ao movimento quilombola; os e-mails trocados com as articulações nacionais e internacionais; e o Facebook, rede social que virou canal de comunicação para trocar informações, marcar encontros, organizar eventos, além de divulgar notícias com denúncias de desrespeito a determinados direitos sofridos por comunidades quilombolas no Pará e no Brasil. Mas em face das grandes distâncias do estado, a comunicação com as bases, com as comunidades localizadas mais no interior é ainda um grande desafio.

Eu considero que sim, que nós temos uma rede, às vezes não tão conectados quanto a gente gostaria, porque pra falar com algumas comunidades a gente não consegue com facilidade, mas apesar da dificuldade, a gente está engajado. As principais dificuldades nas construção dessa rede são a comunicação e o deslocamento. Por exemplo, Baião, Bagre, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, a gente tem que ligar pra cidade, deixar recado e esperar um ou dois dias pra falar com alguém das comunidades, esperar um telefone entrar na área pra ligar. E pra que o camarada chegue de lá até aqui é complicado. É longe (Coordenadora de gênero Malungu).

O nível social, que ressalta os vínculos sociais e pessoais e sua capacidade de gerar conexão, mobilização e emponderamento, é percebido na regularidade com que as associações quilombolas de Salvaterra organizam encontros presenciais (reuniões, seminários, assembleias, etc.) e a produtividade em termos de ações que esses encontros possibilitam.

Por isso, a força das redes passa tanto pela comunicação enquanto relação, que fortifica os vínculos sociais, quanto pela comunicação que se dá por meio de um meio de representação à distância, que pode ser a linguagem, ou mesmo uma “prótese tecnológica” (SODRÉ, 2006), um meio técnico.

O conceito teórico de *rede de movimento social*, portanto, pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de projetos em comum, com a definição de atores ou situações sistêmicas antagônicas e um projeto transformador. O processo é contínuo e em construção e resulta das múltiplas articulações aqui exemplificadas. A interação em rede é constitutiva dos movimentos sociais. “A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006c, p. 113). E essas ações só são possíveis na materialidade do encontro que é a relação de comunicação estabelecida ser a ser na comunidade. “A comunicação é anterior ao pensamento da organização social. São os processos de comunicação que instituem a organização social” (PERUZZOLO, 2005, p.13).

Considerações Finais

Para Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 35) “o potencial antissistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos”. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. E essa inteligibilidade pode ser conseguida, segundo Santos por meio do trabalho de tradução que:

... visa a esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. Dado que não há uma prática social ou um sujeito coletivo privilegiado em abstrato para conferir sentido e direção à história, o trabalho de tradução é decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contrahegemônico (SANTOS, 2008, p. 35).

Os movimentos sociais em forma de rede levantam o seguinte questionamento: as estruturas de poder, no movimento em rede, se dissolvem? Scherer-Warren (2006b, p. 13) entende que os movimentos sociais em forma de rede pressupõem

relações mais horizontalizadas, pressupõe-se que há uma democratização dos centros de poder, ou uma redistribuição desse poder diante de muitos elos ou nós. Porém “como qualquer relação social, estão permeadas por relações de conflito, de poder”. Mesmo em uma rede, há elos mais fortes, que são as lideranças, os mediadores, os agentes estratégicos, as organizações de referência. Tais elos detêm maior poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede.

O que é interessante avaliar, portanto, é como se processa o equilíbrio entre os diferentes nós/elos, como se regulam as tensões, como interagem solidariedade e conflito, como superar a fragmentação dos movimentos sociais e como desenvolver práticas que levem à equação das diferenças (SCHERER-WARREN, 2006c).

E aí, a comunicação é fundamental para quebrar estruturas estabelecidas e ajudar na (re)configuração do social.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BARGAS, Janine; CARDOSO, Luis Fernando. **Construindo “utopias realistas”**: o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e os quilombolas do Marajó. In: Anais da XXVI reunião da Associação Brasileira de Antropologia. ABA: São Paulo, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 2001.

CARDOSO, Luís Fernando. **A Constituição Local**: Direito e território na Comunidade de Bairro Alto, Na Ilha de Marajó – Pará: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS/UFSC, 2008 (tese de doutorado).

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. **Movimento social negro e movimento quilombola**: para uma teoria da tradução. In: Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 7-10 ago. 2011. UFBA: Salvador, 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: HAESBAERT, Rogério; ARAÚJO, Frederico de. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: Conflitos E Criminalização Dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

MELUCCI, Alberto. **Mobilização política de comunidades negras rurais:** domínios de um conhecimento praxiológico. In: Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 2, dez. 1999. Belém: NAEA, 1999.

_____. **Challenging codes:** collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MISOCZKY, Maria Ceci. **Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais:** entre o modelo e a metáfora. Rev. Adm. Pública vol.43 no.5 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a08.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

PASSY, Florence. Social Networks Matter. But How? In: DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds.). **Social Movement Analysis:** the network perspective. Oxford University Press, 2002. Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~oliver/PROTESTS/NetworkPapers/Passy%20Mar011.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

PERUZZOLO, Adair C. **Dimensão Humana da Comunicação.** Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, v. v18, p. 09-20, 2005.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **A comunicação como encontro.** Bauru, SP: Edusc, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHERER-WARREN, **Metodologia de Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais.** CADERNOS DE PESQUISA, n.5, p. 1-12, 1995.

_____. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres (organização). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: UFMG, 2006a. p. 217-227.

_____. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais.** 2006b. Disponível em: file:///C:/Users/Reinaldo/Downloads/ilse_acoes_coletivas_ms%20(1).pdf. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Redes de movimentos sociais na américa latina:** Caminhos para uma política emancipatória? In: Conferência de abertura à Sessão 4 - O “global” em questão: redes e movimentos sociais transnacionais, no Seminário Nacional “Movimentos Sociais e os novos sentidos da política”, 5 a 7 de junho de 2008, UFBA, Salvador, BA. Disponível em: <http://www.scientificcircle.com/pt/105262/redes-movimentos-sociaisamerica-latina-caminhos-politica/>

_____. **Redes e movimentos sociais:** projetando o futuro. In: Revista Brasileira de Sociologia, v.1, n.1, Jan-Jul, 2013.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: **Sociedade midiaticizada.** MORAES, Dênis (Org.) Rio de Janeiro: Mauad, 2006.